

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	50
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	52

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	306.756.816
Preferenciais	306.756.816
Total	613.513.632
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	02/01/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,04963
Reunião do Conselho de Administração	02/01/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,04963

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	4.709.202	4.271.294
1.01	Ativo Circulante	730.620	564.378
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.041	30.586
1.01.02	Aplicações Financeiras	40.377	13.083
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	40.377	13.083
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	40.377	13.083
1.01.03	Contas a Receber	322.451	299.631
1.01.03.01	Clientes	322.451	299.631
1.01.04	Estoques	78.596	95.115
1.01.06	Tributos a Recuperar	105.819	10.263
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	105.819	10.263
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	163.336	115.700
1.01.08.03	Outros	163.336	115.700
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	148.172	108.686
1.01.08.03.02	Outros Créditos	15.164	7.014
1.02	Ativo Não Circulante	3.978.582	3.706.916
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.106.155	987.795
1.02.01.03	Contas a Receber	3.669	4.499
1.02.01.03.01	Clientes	3.669	4.499
1.02.01.06	Tributos Diferidos	328.212	284.409
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.212	284.409
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	774.274	698.887
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	173.630	163.556
1.02.01.09.04	Aplicações no Caixa Único do Estado	3.084	157
1.02.01.09.05	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	450.469	402.336
1.02.01.09.06	Outros Créditos	6.860	6.881
1.02.01.09.07	Depósitos em Garantia	3.510	3.109
1.02.01.09.08	Aplicações Financeiras	60.265	55.343
1.02.01.09.09	Indenização por Desapropriação	76.456	67.505
1.02.02	Investimentos	923	923
1.02.02.01	Participações Societárias	923	923
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	923	923
1.02.03	Imobilizado	98.577	92.400
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	98.577	92.400
1.02.04	Intangível	2.772.927	2.625.798
1.02.04.01	Intangíveis	2.772.927	2.625.798
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.772.927	2.625.798

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	4.709.202	4.271.294
2.01	Passivo Circulante	853.241	691.031
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.548	63.227
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.755	12.977
2.01.01.01.01	INSS	11.755	12.977
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	40.793	50.250
2.01.01.02.01	Salários a pagar	2.431	2.091
2.01.01.02.02	FGTS	2.724	3.846
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	23.996	31.994
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.585	3.964
2.01.01.02.05	IPE	3.749	3.659
2.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	4.308	4.696
2.01.02	Fornecedores	87.489	126.344
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	87.489	126.344
2.01.03	Obrigações Fiscais	140.863	53.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	139.229	51.046
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	123.708	13.969
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	2.310	3.536
2.01.03.01.03	COFINS	9.805	25.440
2.01.03.01.04	PASEP	2.448	5.523
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	958	2.578
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.634	2.204
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.259	62.253
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	55.230	53.164
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	43.361	40.243
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.869	12.921
2.01.04.02	Debêntures	9.029	9.089
2.01.05	Outras Obrigações	261.078	211.554
2.01.05.02	Outros	261.078	211.554
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	211.177	169.362
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	32.424	35.657
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.144	6.535
2.01.05.02.06	Parcelamento Impostos e Contribuições	12.333	0
2.01.06	Provisões	247.004	174.403
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	239.704	169.808
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	147.150	104.310
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	92.554	65.498
2.01.06.02	Outras Provisões	7.300	4.595
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	273	121
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	7.027	4.474
2.02	Passivo Não Circulante	1.740.234	1.671.356
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	390.786	433.619
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	366.975	402.527
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	343.857	366.853
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	23.118	35.674
2.02.01.02	Debêntures	23.811	31.092

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.02	Outras Obrigações	132.805	78.561
2.02.02.02	Outros	132.805	78.561
2.02.02.02.03	Fornecedores	174	0
2.02.02.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	51.743	69.329
2.02.02.02.05	Contratos de Repasse	9.232	9.232
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições - Parcelamento	71.656	0
2.02.04	Provisões	1.216.643	1.159.176
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.203.888	1.146.080
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	503.130	445.574
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	700.758	700.506
2.02.04.02	Outras Provisões	12.755	13.096
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	12.755	13.096
2.03	Patrimônio Líquido	2.115.727	1.908.907
2.03.01	Capital Social Realizado	939.148	939.148
2.03.02	Reservas de Capital	37.347	36.478
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	20.199	19.330
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	785.418	785.418
2.03.04.01	Reserva Legal	87.762	87.762
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	695.998	695.998
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.658	1.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	207.299	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	146.515	147.863

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.895.881	1.699.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.127.484	-1.051.426
3.03	Resultado Bruto	768.397	647.601
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-404.444	-478.921
3.04.01	Despesas com Vendas	-82.206	-76.846
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-328.951	-426.985
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.087	35.176
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.374	-10.266
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	363.953	168.680
3.06	Resultado Financeiro	34.338	30.000
3.06.01	Receitas Financeiras	89.623	88.913
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.285	-58.913
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	398.291	198.680
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-98.816	-34.133
3.08.01	Corrente	-142.619	-102.832
3.08.02	Diferido	43.803	68.699
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	299.475	164.547
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	299.475	164.547
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,48813	0,26820
3.99.01.02	PN	0,48813	0,26820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	299.475	164.547
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.349	-1.423
4.03	Resultado Abrangente do Período	298.126	163.124

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	391.036	236.242
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	438.307	333.958
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	398.291	198.679
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	86.269	77.795
6.01.01.03	Baixa de Imobilizado e Intangível	211	491
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	-3.600	2.282
6.01.01.06	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	77.263	85.232
6.01.01.07	Provisão para Tributos Diferidos	-342	-545
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	61.888	42.540
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-30.281	-26.955
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-3.314	-3.023
6.01.01.11	Ajuste a valor presente sobre clientes	272	-107
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	253	69.056
6.01.01.13	Imposto de Renda e Contribuição Social - pagos	-142.619	-102.832
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicação Financeiras de Curto Prazo	-5.984	-8.655
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-47.271	-97.716
6.01.02.02	Aumento de Contas a Receber de Clientes	-18.662	-33.351
6.01.02.03	Aumento (Redução) de Estoques	16.518	-28.636
6.01.02.04	Aumento (Redução) de Outros Créditos	-107.085	17.505
6.01.02.05	Aumento de Depósitos Judiciais	-49.560	-53.791
6.01.02.06	Aumento (Redução) de Rendimentos SIAC	-2.927	703
6.01.02.07	Redução de Fornecedores	-38.681	-5.577
6.01.02.08	Aumento de Impostos e Contribuições	87.532	22.879
6.01.02.09	Aumento de Indenização por Desapropriação	-8.951	-43
6.01.02.10	Redução de Dívidas com Fundação CORSAN	-26.814	-18.501
6.01.02.11	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	27.396	27.378
6.01.02.12	Redução de Outros Débitos	-1.627	-11.732
6.01.02.13	Aumento de Depósitos em Garantia	-401	-7.612
6.01.02.14	Redução de Participação nos Resultados	-7.998	-6.938
6.01.02.15	Aumento de Impostos e Contribuições - Parcelamento	83.989	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-280.661	-198.058
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-19.080	-11.085
6.02.03	Custos Construção - Contratos de Concessão	-157.742	-139.101
6.02.04	Outras Aquisições Intangível	-77.607	-71.115
6.02.05	Aplicações Financeiras	-26.232	23.243
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-120.920	-43.698
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos-Captações	42.364	76.249
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos-Pagamentos	-103.317	-69.068
6.03.03	Contratos de Repasse Governo Estadual	0	1.117
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	869	6.577
6.03.06	Dividendo/Juros sobre o Capital Próprio - Pagamentos	-51.709	-49.385
6.03.07	Debêntures - Pagamento	-9.127	-9.188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.545	-5.514
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.586	68.712
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.041	63.198

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-93.524	0	-93.524
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-93.524	0	-93.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	299.475	0	299.475
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	299.475	0	299.475
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	869	0	1.348	-1.348	869
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.348	-1.348	0
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	869	0	0	0	869
5.07	Saldos Finais	939.148	37.347	785.418	207.299	146.515	2.115.727

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	939.148	29.901	687.453	0	19.275	1.675.777
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	29.901	687.453	0	19.275	1.675.777
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-89.645	0	-89.645
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-89.645	0	-89.645
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.547	0	164.547
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.547	0	164.547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6.577	0	1.423	-1.423	6.577
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.423	-1.423	0
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	6.577	0	0	0	6.577
5.07	Saldos Finais	939.148	36.478	687.453	76.325	17.852	1.757.256

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	2.092.197	1.866.734
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.899.646	1.700.172
7.01.02	Outras Receitas	27.895	26.720
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	161.056	142.124
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.600	-2.282
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-644.426	-620.227
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-543.402	-495.698
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-103.425	-92.436
7.02.04	Outros	2.401	-32.093
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.447.771	1.246.507
7.04	Retenções	-86.269	-77.795
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-86.269	-77.795
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.361.502	1.168.712
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.744	97.327
7.06.02	Receitas Financeiras	89.623	88.913
7.06.03	Outros	8.121	8.414
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.459.246	1.266.039
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.459.246	1.266.039
7.08.01	Pessoal	702.505	747.884
7.08.01.01	Remuneração Direta	471.731	460.723
7.08.01.02	Benefícios	167.970	157.739
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.244	22.356
7.08.01.04	Outros	39.560	107.066
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	381.820	276.673
7.08.02.01	Federais	370.776	267.201
7.08.02.02	Estaduais	9.494	8.262
7.08.02.03	Municipais	1.550	1.210
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.446	76.935
7.08.03.01	Juros	55.285	58.913
7.08.03.02	Aluguéis	20.161	18.022
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	299.475	164.547
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	93.524	89.645
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	205.951	74.902

A receita bruta de vendas e/ou serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no terceiro trimestre de 2017, alcançou a cifra de R\$ 647.481, isto é, apresentou um incremento de 6,00% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 610.845. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto e aumento da tarifa a partir de julho de 2017 no percentual de 4,17% para os municípios atendidos pela Corsan.

Os gastos no terceiro trimestre de 2017 sofreram um acréscimo de 2,66%, ou seja, atingiram R\$ 413.225 frente aos R\$ 402.526 verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Materiais, Serviços e Gerais realizaram um valor 19,86%, 3,76% e 80,23% respectivamente superiores em comparação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o grupo de Pessoal/Encargos apresentou uma variação negativa de 4,56%.

O confronto entre os valores dos gastos do exercício atual e do anterior, no terceiro trimestre, pode ser observado através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas por Natureza 2017/2016 – 3º Trimestre, a seguir:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas por Natureza 2017/2016 - (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - 2017			Realização - 2016			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	168.739	67.940	236.679	149.693	98.288	247.981	(4,56)
Materiais	22.480	1.325	23.805	18.650	1.210	19.861	19,86
Serviços	99.296	22.820	122.116	98.280	19.412	117.692	3,76
Gerais	13.597	17.028	30.626	7.304	9.688	16.992	80,23
Subtotal	304.112	109.113	413.225	273.927	128.598	402.526	2,66
Depreciações e Amortizações	28.448	928	29.376	26.644	721	27.364	7,35
Provisões	637	28.571	29.208	10.823	68.788	79.611	(63,31)
Custos de Construção	56.754	-	56.754	53.384	-	53.384	6,31
Outras Despesas	-	29.210	29.210	-	19.715	19.715	48,16
Total	389.952	167.822	557.774	364.778	217.822	582.600	(4,26)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei 14.833 de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 289 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 288 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 30 de setembro de 2017, há 16 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em especial o CPC 21 (R1) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 09 de novembro de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

Notas Explicativas

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios 25 anos
- Máquinas 10 anos
- Veículos 5 anos
- Demais bens móveis 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios,

Notas Explicativas

sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Os principais ativos financeiros em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com Fundação CORSAN.

A Companhia não realizou durante o período findo em 30 de setembro de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de

Notas Explicativas

juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

Notas Explicativas

2.13) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Notas Explicativas

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (2,10% em 30 de setembro de 2017 e 2,08% em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa

Notas Explicativas

de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de Dividendos e juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 30 de setembro de 2017 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

Notas Explicativas

2.18) Conversão de moeda estrangeira

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.20) Programa de participação nos lucros e resultados - PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.21) Redução ao valor recuperável – Impairment

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

Notas Explicativas

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o País.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS AINDA NÃO EM VIGOR EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são abaixo apresentadas. Porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

Notas Explicativas

• IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens e serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nos IFRS e nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US Gaap") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A nova norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

• IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa - Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações à IAS 7 tem vigência a partir de períodos anuais iniciados em 01/01/2017 e será apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/12/2016
Caixa	1	1
Depósitos bancários	12.580	8.752
Aplicação de liquidez imediata	7.460	21.833
	20.041	30.586

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo totalizam R\$40.377 em 30 de setembro de 2017 (R\$13.083 em 31 de dezembro de 2016) e referem-se, substancialmente, a fundos de

Notas Explicativas

investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$60.265 em 30 de setembro de 2017 (R\$55.343 em 31 de dezembro de 2016) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	7.213
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	6.021
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	47.031
		<u>60.265</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber vincendas		
Particular	171.185	148.840
Pública	14.701	12.330
Contas a receber vencidas		
Particular	72.403	65.500
Pública	11.887	19.152
Receitas a faturar	62.676	68.639
Total de contas a receber	332.852	314.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.732)	(10.331)
	<u>326.120</u>	<u>304.130</u>
Circulante	322.451	299.631
Não circulante	3.669	4.499

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	171.185	14.701	148.840	12.330
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	47.208	5.976	38.708	4.200
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	15.756	1.166	14.741	6.238
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	6.038	1.414	7.071	3.363
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.535	1.543	3.694	2.607
Créditos vencidos - mais de 360 dias	1.866	1.788	1.286	2.744
	<u>243.588</u>	<u>26.588</u>	<u>214.340</u>	<u>31.482</u>

Notas Explicativas

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	(10.331)	(14.772)
Adições	(8.909)	(30.634)
Reversões/realização de perda	12.508	35.075
Saldo no final do período	(6.732)	(10.331)

7. ESTOQUES

	30/09/2017	31/12/2016
Tubulações de água e esgoto	51.752	48.104
Materiais de tratamento/laboratório	17.651	31.794
Materiais diversos	9.193	15.217
	78.596	95.115

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	30/09/2017	31/12/2016
Classificados no Ativo Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	328.212	284.409
Classificados no Passivo Não Circulante		
Pasep e Cofins diferidos	12.755	13.096

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32(R2) vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Notas Explicativas**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	700.758	700.506
Provisão para contribuição adicional a Fundação CORSAN	7.027	4.472
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	650.280	549.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.732	10.331
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	87.335	9.610
Provisões para perdas - outras	9.610	76.585
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	22.704	29.080
Reserva de reavaliação	(74.252)	(74.429)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(264.024)	(275.270)
Encargos financeiros capitalizados	(209.882)	(194.194)
Variação cambial tributada por regime de caixa	(3.623)	(3.502)
Outras provisões e diferenças temporárias	32.665	3.424
Total das diferenças temporárias	965.330	836.497
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	328.212	284.409

Conciliação alíquota efetiva

	30/09/2017	30/09/2016
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	398.291	198.680
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(135.418)	(67.551)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	-	30.479
Incentivos fiscais	4.521	3.549
Outras diferenças permanentes	32.081	(610)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(98.816)	(34.133)
Corrente	(142.619)	(102.832)
Diferido	43.803	68.699
Alíquota efetiva	25%	17%

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos JSCP de 30 de setembro de 2017 foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido. Em 2016 o valor do JSCP impactava diretamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas**b) COFINS e PASEP Diferidos**

	30/09/2017			31/12/2016		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
COFINS e PASEP Diferidos						
RTT	10.480	2.275	12.755	10.760	2.336	13.096
Total COFINS e PASEP	10.480	2.275	12.755	10.760	2.336	13.096
Valor passivo	(10.480)	(2.275)	(12.755)	(10.760)	(2.336)	(13.096)

9. OUTROS CRÉDITOS

	30/09/2017	31/12/2016
Créditos com prefeituras municipais	2.756	3.096
Adiantamento de férias	10.703	3.333
Indenizações judiciais a receber	4.434	4.131
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.952	1.868
Valores a compensar	1.033	1.035
Créditos diversos	1.146	432
	22.024	13.895
Circulante	15.164	7.014
Não circulante	6.860	6.881

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2017, R\$450.469 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$402.336 em 31 de dezembro de 2016). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	30/09/2017	31/12/2016
Ativos financeiros	1.181.811	1.123.179
(-) Ajuste a valor presente	(731.342)	(720.843)
	450.469	402.336

Movimentação do Ativo Financeiro

	30/09/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	402.336	322.819
Constituição/realização de AVP	30.282	36.706
Adições/(Baixas)	(36.581)	(125.991)
Transferências líquidas	54.432	168.802
Saldo no final do período	450.469	402.336

Notas Explicativas

Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 30 de setembro de 2017 totaliza R\$23.058 (R\$23.060 em 31 de dezembro de 2016) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2017 totaliza R\$34.172 (R\$34.250 em 31 de dezembro de 2016) e foi reclassificado para o ativo financeiro em 2011.

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2016	22.128	326.820	384	349.332
Adições	-	18.088	992	19.080
Baixas	-	(593)	-	(593)
Transferências	-	(1.294)	(49)	(1.343)
Saldos em 30/09/2017	22.128	343.021	1.327	366.476
Depreciação				
Saldos em 31/12/2016	(18.685)	(238.247)	-	(256.932)
Depreciações	(226)	(11.308)	-	(11.534)
Baixas	-	567	-	567
Saldos em 30/09/2017	(18.911)	(248.988)	-	(267.899)
Saldos líquidos em 31/12/2016	3.443	88.573	384	92.400
Saldos líquidos em 30/09/2017	3.217	94.033	1.327	98.577

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$8.887 (R\$7.891 em 30 de setembro de 2016), R\$1.380 (R\$1.020 em 30 de setembro de 2016) como despesa comercial e R\$1.267 (R\$1.112 em 30 de setembro de 2016) como despesa administrativa.

Sob a rubrica “sistemas de esgotos” são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral” são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos em 31/12/2016	971.357	863.586	158.759	1.128.337	3.122.039
Adições	14.139	2.078	8.843	208.203	233.263
Baixas	-	-	(83)	(151)	(234)
Transferências	38.342	30.093	2.690	(149.844)	(78.719)
Saldos em 30/09/2017	1.023.838	895.757	170.209	1.186.545	3.276.349
Amortização					
Saldos em 31/12/2016	(248.689)	(130.373)	(49.674)	-	(428.736)
Amortizações	(35.891)	(31.137)	(7.707)	-	(74.735)
Baixas	-	-	49	-	49
Saldos em 30/09/2017	(284.580)	(161.510)	(57.332)	-	(503.422)
Saldos líquidos em 31/12/2016	722.668	733.213	109.085	1.128.337	2.693.303
Saldos líquidos em 30/09/2017	739.258	734.247	112.877	1.186.545	2.772.927

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$74.735 (R\$67.772 em 30 de setembro de 2016).

Sob a rubrica “bens de uso geral” são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 30 de setembro de 2017 é de R\$5.895 (R\$6.186 em 30 de setembro de 2016). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,3% a.a.

13. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multi-localizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos.

Pelo motivo acima exposto a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	34.267	30.968	168.170	187.070
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	11.869	12.921	23.118	35.674
Caixa Econômica Federal				7.016	7.047	154.120	157.256
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	17/02/30	7.016	7.047	154.120	156.459
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8,27%	31/03/17	-	-	-	797
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	146	146	851	882
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.583	1.733	17.836	18.560
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	349	349	2.880	3.085
				55.230	53.164	366.975	402.527

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que se cumpridas possibilitam a Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2018	9.732
2019	50.382
2020	50.331
2021	38.772
2022	38.772
Após 2022	178.986
	366.975

Notas Explicativas

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 30 de setembro de 2017 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.109	2.116	5.695	7.366
2ª Emissão	IPCA	1,92%	3.973	4.042	11.309	14.805
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.947	2.931	6.807	8.921
			9.029	9.089	23.811	31.092

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 30 de setembro de 2017, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.510 (R\$3.109 em 31 de dezembro de 2016).

A escritura inclui uma cláusula de “Obrigações Especiais da Emitente”, com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Notas Explicativas

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

16. FORNECEDORES

	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	87.489	126.344
Parcelamento - RGE	174	-
	87.663	126.344
Circulante	87.489	126.344
Não circulante	174	-

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
COFINS	Selic	04/2022	6.184	-	34.991	-
PASEP	Selic	04/2022	1.343	-	7.597	-
Contribuição Social	Selic	04/2022	620	-	3.751	-
Imposto de Renda	Selic	04/2022	4.186	-	25.317	-
			12.333	-	71.656	-

18. OUTROS DÉBITOS

	30/09/2017	31/12/2016
Consignações a recolher	4.816	5.920
Depósitos e retenções contratuais	4.308	4.696
Convênio Sesi	273	121
Outras contas a pagar	328	615
	9.725	11.352

Notas Explicativas

19. CONTRATO DE REPASSE

a) Orçamento Geral do Estado - OGE

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado – OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que tem por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que têm por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizados conforme a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	431.369	118.515	353.676	76.588
Adições	177.630	3.995	211.048	52.454
Saques/Reversões	(97.697)	(6.666)	(148.344)	(12.973)
Despesa financeira	19.536	3.598	14.989	2.446
Saldo final	530.838	119.442	431.369	118.515
Total		650.280		549.884
Circulante		147.150		104.310
Não circulante		503.130		445.574

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldo inicial	272.242	221.840
Adições	167.614	217.410
Saques/Reversões	(118.054)	(167.008)
Saldo final	321.802	272.242
Circulante	148.172	108.686
Não circulante	173.630	163.556

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 30 de setembro de 2017, R\$70.178 (R\$66.577 em 31 de dezembro 2016).

b) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.189 ações. Em 30 de setembro de 2017 a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$460.660 (R\$364.792 em 31 de dezembro de 2016).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$248.489 em 30 de setembro de 2017 (R\$217.395 em 31 de dezembro de 2016).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro de 2017 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

b) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.769 em 30 de setembro de 2017 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2016).

c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 2.079 ações para as quais está provisionado em 30 de setembro de 2017 o montante de R\$109.005 (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2016).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$209.848 em 30 de setembro de 2017 (R\$170.410 em 31 de dezembro de 2016).

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	30/09/2017	31/12/2016
Plano de benefício definido	369.560	361.145
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	70.404	72.871
Incentivo à demissão voluntária	260.794	266.490
	700.758	700.506

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Notas Explicativas

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços” celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A CORSAN assegurou até 31 de dezembro de 2016 um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017.

Em 01 de maio de 2011, o Plano de Demissão Voluntária – PDV foi reformulado, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários haviam aderido ao plano. No período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017, 157 funcionários já haviam se desligado da Companhia através do PDV. No período a despesa com desligamento foi de R\$52.330 (R\$50.295 no período findo em 30 de setembro de 2016).

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$84.167 em 30 de setembro de 2017 (R\$153.248 em 30 de setembro de 2016).

A Companhia reconheceu, no semestre findo em 30 de setembro de 2017, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, “IPE SAÚDE” e PDV de R\$252. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base.

Estrutura jurídica

A Fundação CORSAN caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da FUNCORSAN está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria FUNCORSAN.

Política de investimentos

A FUNCORSAN planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Notas Explicativas

Fontes de recursos

A Fundação CORSAN obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A FUNCORSAN delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No período findo em 30 de setembro de 2017 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é de R\$939.148, estando assim representado:

Acionistas	Ações			Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
	Ações ordinárias	preferenciais	Total ações			
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 30 de setembro de 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Notas Explicativas

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 30 de setembro de 2017 monta R\$73.065 (R\$74.414 em 31 de dezembro de 2016) líquida de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período findo em 30 de setembro de 2017 totalizou R\$1.349, líquido dos efeitos tributários (R\$1.423 em 30 de setembro de 2016).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$73.449, líquidas dos efeitos de créditos tributários.

d) Remuneração aos acionistas

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no trimestre findo em 30 de setembro de 2017, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$93.524 (R\$89.645 no terceiro trimestre de 2016), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do período findo em 30 de setembro de 2017 foram reduzidos em R\$31.798 (R\$30.479 no terceiro trimestre de 2016) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$20.199 em 30 de setembro de 2017 (R\$19.330 em 31 de dezembro de 2016), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	30/09/2017	31/12/2016
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	13.689	17.774
Aplicações no caixa único do Estado	3.084	157
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(211.177)	(169.362)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

Notas Explicativas

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

Composição da Dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.175	3.720	-	754
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	19.670	19.434	38.710	50.075
Contrato 122005	(*)		01/09/19	10.894	12.503	12.718	18.500
				32.739	35.657	51.428	69.329

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 30 de setembro de 2017, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2018	17.185
2019	17.866
2020	16.377
	51.428

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 30 de setembro de 2017 é de R\$3.070 (R\$3.085 em 31 de dezembro de 2016).

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	30/09/2017	30/09/2016
Serviços de abastecimento de água	1.793.444	1.613.288
Serviços de esgoto	118.711	102.947
Receitas de construção	161.056	142.124
Impostos sobre receita serviços	(177.330)	(159.332)
	1.895.881	1.699.027

Notas Explicativas**25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal	674.463	664.334
Materiais	71.089	53.218
Energia elétrica	161.131	163.482
Serviços de terceiros	191.349	183.443
Gerais	85.677	66.912
Depreciações e amortizações	86.269	77.795
Provisões	110.921	206.973
Custos de construção	157.742	139.101
Outras (receitas)despesas operacionais, liquidas	(6.713)	(24.910)
	1.531.928	1.530.348
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.127.484	1.051.426
Despesas comerciais	82.206	76.846
Despesas administrativas	328.951	426.986
Outras (receitas)despesas operacionais, liquidas	(6.713)	(24.910)
	1.531.928	1.530.348

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras	89.623	88.913
Acréscimos por inadimplementos	22.623	19.606
Variações monetárias ativas	22.654	13.056
Receitas financeiras pela realização de AVP	30.281	26.955
Variações cambiais ativas	4.433	16.046
Outras receitas financeiras	9.632	13.250
Despesas financeiras	(55.285)	(58.913)
Juros e taxas sobre financiamentos	(7.779)	(8.069)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(6.380)	(7.953)
Variações monetárias passivas	(38.050)	(37.176)
Variações cambiais passivas	(3.076)	(5.715)
Resultado financeiro líquido	34.338	30.000

Notas Explicativas

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 30 de setembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.
- Aplicações financeiras - referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.
- Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
- Ativos financeiros – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados.
- Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e debêntures – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.
- Dívidas com a Fundação CORSAN – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 21.b.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de

Notas Explicativas

arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de Riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	57.286	150.564	403.104	610.954
Parcelamento de Impostos	13.690	70.836	38.798	123.324
Debêntures	9.202	21.100	4.540	34.842
Fornecedores	87.489	184	-	87.673
Dívidas com Fundação Corsan	34.369	59.474	-	93.843
	202.036	302.158	446.442	950.636

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos

Notas Explicativas

com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 30 de setembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2017 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2017	(Perdas) / Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(184.781)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(202.437)	(11.336)	(9.447)	(14.171)	(17.713)	(21.256)
Empréstimos	US Dólar	(34.987)	(5.757)	(10.629)	(1.550)	(10.684)	(19.819)
Debêntures	TJLP	(32.840)	(1.839)	(1.533)	(2.299)	(2.874)	(3.448)
			(455.045)	(18.932)	(21.609)	(18.020)	(31.271)
						(44.523)	
Indexador	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		5,60	4,67	7,00 **	8,75	10,50
	US Dólar	3,16	2,64	2,20	3,30 ***	4,13	4,95

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida

Notas Explicativas

os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	14	422.205	455.691
Parcelamento de impostos e contribuições	17	83.989	-
Debêntures	15	32.840	40.181
Fornecedores	16	87.663	126.344
Dívida Funcorsan	23.b	84.167	104.986
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(20.041)	(30.586)
(-) Aplicações financeiras	5	(100.642)	(68.426)
Dívida líquida		590.181	628.190
Patrimônio e adiantamentos		2.115.727	1.908.907
Capital social e dívida líquida		2.705.908	2.537.097
Quociente de alavancagem		21,81%	24,76%

Notas Explicativas

Flavio Ferreira Presser
Diretor Presidente
CPF nº 192.190.830-00

Marcus Vinicius Vieira de Almeida
Diretor Administrativo
CPF nº 000.625.630-92

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF nº 149.304.120-72

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações
CPF nº 414.119.780-72

Antonio Gomes
Diretor Técnico
CPF nº 266.196.100-30

Luciano Eli Martin
Diretor Comercial
CPF nº 375.607.350-53

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão
CPF nº 198.669.250-72

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7
CPF nº 911.643.110-34

A receita projetada para o terceiro trimestre de 2017 foi na ordem de R\$ 621.899, enquanto a realizada neste período alcançou R\$ 647.481, ficando 4,11% acima da meta estabelecida, considerando que os valores desse relatório estão em milhares de reais.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$ 395.470, tendo sido realizado R\$ 413.225, ou seja, 4,49% superior ao projetado para o terceiro trimestre de 2017.

No que diz respeito aos gastos por natureza, o grupo de Pessoal/Encargos, Materiais e Gerais realizaram 2,93%, 34,31% e 32,65% respectivamente, acima do previsto. Já o grupo de Serviços realizou 2,09% abaixo do orçado inicialmente para o trimestre em questão.

Na execução do terceiro trimestre de 2017, cabe análise de algumas naturezas relevantes de acordo com sua execução orçamentária. Abaixo seguem comentários:

Pessoal/Encargos

- Vantagens e Encargos – As naturezas pertencentes a este grupo apresentaram valores 5,02% inferiores aos valores orçados para o período em análise, tendo sido orçado R\$ 179.702 e realizado R\$ 170.670;
- Indenizações Trabalhistas – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 21.250 tendo sido realizado R\$ 32.953;
- Horas Extras - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 9.255 e realizado R\$ 6.446, ou seja, 69,65% do planejado originalmente.
- Programa de Demissão Voluntária/Rescisão Trabalhista – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 14.725 e realizado R\$ 18.639, o que representa 26,58% superior ao projetado inicialmente.

Materiais

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, no trimestre analisado demandou 50,65% acima do orçamento previsto, tendo sido orçado R\$ 8.313 e realizado R\$ 12.524;
- Combustíveis para veículos – Essa natureza realizou 14,16% acima do previsto originalmente para o período analisado, tendo sido orçado R\$ 2.620 e realizado R\$ 2.991;

Serviços

- Força e Luz – Os serviços de energia elétrica representam aproximadamente 11,35% das despesas da empresa e 43,33% das despesas do grupo de serviços. No trimestre analisado, esta despesa realizou 2,52% acima do orçamento previsto, ou seja, foi orçado R\$ 51.607 e realizado R\$ 52.909;
- Serviços Técnicos Profissionais - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 3.948 e realizado R\$ 6.942.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Serviços Contrato Operacional (retro, caçamba, reaterro de valas e repavimentação) – No trimestre analisado, essa natureza realizou 84,93% do orçamento previsto originalmente para o período, tendo sido orçado R\$ 26.722 e realizado R\$ 22.695.

Gerais

- Locação de Veículos – Essa rubrica no período analisado foi responsável por 16,86% das despesas do seu grupo, tendo realizado R\$ 5.471 e orçado originalmente R\$ 5.052;

- Indenizações a Terceiros – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de, R\$ 4.827 e realizado R\$ 3.963;

- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No trimestre analisado, o orçado foi de R\$ 8.632 e o realizado R\$ 6.392.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2017 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

A comparação das despesas previstas e realizadas para o trimestre em questão pode ser observada através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 3º Trimestre de 2017, conforme segue:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2017 (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Previsto	Realizado	% Variação
Pessoal/Encargos	229.936	236.679	2,93
Materiais	17.724	23.805	34,31
Serviços	124.722	122.116	(2,09)
Gerais	23.088	30.626	32,65
Total	395.470	413.225	4,49

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção, e o resultado apurado até 30/09/2017 aponta um Lucro Líquido de R\$ 90.722.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Para acelerar a universalização dos serviços de esgotamento sanitário, no âmbito do seu planejamento estratégico, a Corsan desenvolveu o Projeto de PPP – Parceria Público-Privada o qual prevê obras e a operação do esgoto por parceiro em um contrato de 35 anos, no valor total de R\$ 9,4 bilhões. Em 11 anos, a empresa contratada deve investir em novas obras o valor de R\$ 1,8 bilhão. A meta é atender 87,3% da população com coleta e com tratamento de esgoto nas cidades de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão.

No plano de expansão, o parceiro privado assumirá a responsabilidade de aportar recursos visando complementar a infraestrutura existente e em execução pela Corsan, executar melhorias nos sistemas já implantados e atender o crescimento vegetativo ao longo dos 35 anos da concessão. A composição de investimentos da Corsan em parceria com o setor privado possibilita a viabilidade do modelo.

A gestão comercial e o relacionamento com o consumidor permanecerá de responsabilidade da Corsan. Para contribuir nos resultados do projeto, foram inseridos no escopo da contratação dois programas comerciais ao longo do contrato que serão de responsabilidade do parceiro privado: um, de apoio na hidrometração, onde o parceiro privado terá a responsabilidade na aquisição dos equipamentos e na substituição dos mesmos, no tempo definido pela normatização; outro, de executar a identificação e a eliminação de fraudes nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A solução traz benefícios diretos para o cidadão, redução das despesas com saúde pública, valorização do seu imóvel, geração de novos empregos, melhor capacidade de atrair novas empresas e imagem positiva para o município e seus líderes. No aspecto ambiental melhora a qualidade dos rios mais poluídos do estado que são os rios Gravataí e Sinos.

Atualmente o Projeto está na fase de consulta pública, onde estão disponíveis em nosso hotsite (www.parceriacorsan.com.br) os dados do projeto e espaço para contribuições. Após, teremos as audiências públicas, lançamento do edital e processo licitatório, assinatura do contrato e acompanhamento e gestão.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Eldorado do Sul, 09 de novembro de 2017.

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias contidas na demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC/RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

“Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório dos Auditores Independentes relativos ao Trimestre findo em 30 de setembro de 2017. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AudiLink & Cia. Auditores e à vista do Relatório, o Conselho Fiscal declara que os referidos documentos estão aptos à aprovação. Porto Alegre, 13 de novembro de 2017. Rogerio Alves Rios, Paulo Marques dos Reis, Francisco Luzardo da Silva Gonzalez”.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2017.

ROGERIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALEZ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2017.

Flavio Ferreira Presser

Diretor Presidente

Marcus Vinicius Vieira de Almeida

Diretor Administrativo

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Gomes

Diretor Técnico

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão

Luciano Eli Martin

Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do trimestre findo em 30 de setembro de 2017.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2017.

Flavio Ferreira Presser

Diretor Presidente

Marcus Vinicius Vieira de Almeida

Diretor Administrativo

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Gomes

Diretor Técnico

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão

Luciano Eli Martin

Diretor Comercial